



GÊNERO E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DO PROTAGONISMO FEMININO DE EUNICE PAIVA DO FILME “AINDA ESTOU AQUI” NA PERSPECTIVA MEMORIALÍSTICA E HISTORIOGRÁFICA

Eixo Temático 03 - Artefatos culturais, mídias e educação: discutindo os corpos, os gêneros e as sexualidades em diversos espaços educativos

Maria Aline Matos de Oliveira ¹

RESUMO

Por muito tempo, a historiografia da resistência à ditadura civil-militar brasileira (1964 -1985) negligenciou o protagonismo feminino. Esta pesquisa analisa, sob perspectiva memorialística e historiográfica, a representação do protagonismo feminino no filme *Ainda Estou Aqui* (2024), que narra a trajetória de Eunice Paiva em busca de respostas sobre o desaparecimento de seu marido, o deputado Rubens Paiva. Premiado internacionalmente, o filme resgata a luta individual e coletiva de mulheres contra a repressão. Com base em autores de referência teórico-metodológica, como Michelle Perrot, Joan Scott, Michael Pollak e Marc Ferro, o estudo propõe uma leitura interdisciplinar entre memória, cinema e história, contribuindo para uma historiografia mais inclusiva e representativa.

Palavras-chave: Gênero; História das mulheres, Ditadura civil-militar, Cinema e História.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as mulheres foram condicionadas ao espaço doméstico, sendo atribuídas a elas funções associadas ao cuidado, à bondade, ao amor e à misericórdia, consolidando o papel do serviço feminino como pilar fundamental da estrutura familiar. Desde tempos remotos, foram socializadas para desempenhar funções subalternas, restritas à maternidade e ao casamento, sem direito à voz ou protagonismo histórico. “No teatro da memória as mulheres são uma leve sombra” (PERROT, 2005, p.33). Essa estrutura opressiva

¹ Mestra em História pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, mariaaline.historia@gmail.com



perpetuou a inferiorização da mulher em relação ao homem em diversos âmbitos sociais, resultando em restrições à sua participação política, educacional e profissional, o que configurava a negação de sua cidadania.

O ambiente doméstico tornou-se, por muito tempo, o único espaço possível de resistência feminina, ainda que de forma velada, uma vez que suas reivindicações eram frequentemente desqualificadas e reduzidas a manifestações de histeria e irracionalidade. No entanto, a transição da “invisibilidade para a visibilidade” ocorreu de maneira significativa entre o final do século XIX e o início do século XX, quando as mulheres se organizaram e lançaram a "Primeira Onda" do Movimento Feminista, protagonizada pelas sufragistas². A princípio, a luta desse período esteve centrada na conquista do direito ao voto e no reconhecimento da cidadania feminina, sem que questões de cunho mais amplo, como libertação sexual e igualdade de gênero, fossem abordadas, dada a conjuntura histórica da época.

As mulheres representam um objeto de estudo em constante construção na pesquisa histórica, uma vez que, por muito tempo, suas trajetórias foram negligenciadas. A historiografia sobre a participação feminina na resistência evidencia que o ativismo das mulheres foi frequentemente silenciado ou até mesmo apagado, priorizando-se a narrativa e a memória dos homens militantes. Esse apagamento histórico limitou a compreensão do protagonismo feminino e das questões de gênero no contexto da luta contra o regime autoritário, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e abrangente na pesquisa histórica. Segundo Rocha (2017, p. 14), "as memórias sobre o momento [resistência feminina à ditadura civil-militar] tiveram pouca visibilidade se comparadas àquelas que foram produzidas pelos homens".

Nesta pesquisa, propõe-se a análise da representação do protagonismo feminino no filme *Ainda Estou Aqui*, lançado em novembro de 2024, no contexto das reflexões que marcam os 60 anos do golpe civil-militar de 1964. A partir de uma abordagem memorialística e historiográfica, busca-se compreender como a narrativa cinematográfica constrói a resistência feminina durante o regime ditatorial. Aclamado pela crítica e premiado em diversas instâncias, o filme foi vencedor do Oscar de Melhor Filme em 2024, consolidando seu impacto artístico e

² As sufragistas foram mulheres que lutaram pelo direito ao voto feminino entre os séculos XIX e XX, desafiando normas sociais e políticas da época. Sua atuação foi essencial para a conquista dos direitos civis e políticos das mulheres.



histórico. Sua trama centraliza a trajetória de Eunice Paiva, figura emblemática da luta contra a ditadura, que se dedicou incansavelmente à busca por informações sobre seu esposo, o deputado Rubens Paiva, preso e desaparecido político na década de 1970. A narrativa evidencia não apenas a coragem individual de Eunice, mas também recupera, de certa forma, a voz de tantas outras mulheres que, como ela, enfrentaram a repressão do período.

Ao dar visibilidade à atuação feminina, o filme contribui para um processo de “acerto de contas com o passado”, resgatando histórias marginalizadas pela historiografia tradicional e ampliando a compreensão sobre o papel das mulheres na resistência política.

No campo teórico-metodológico, esta análise fundamenta-se em autores como Michelle Perrot, Joan Scott, Michael Pollak, Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff e Marc Ferro cujas obras permitem articular memória, cinema e história. Michelle Perrot e Joan Scott destacam a invisibilização feminina na história e a importância do gênero como categoria de análise. Michael Pollak e Jacques Le Goff exploram a relação entre memória individual e coletiva na construção do passado. Maurice Halbwachs desenvolve o conceito de memória coletiva, enquanto Marc Ferro investiga o cinema como ferramenta de interpretação histórica. Com base nesses referenciais, a pesquisa examina de que maneira a memória, a história e o cinema atuam como instrumentos de resgate e valorização da resistência feminina.

A pesquisa destaca o protagonismo das mulheres na resistência à ditadura civil-militar, reafirmando sua importância na historiografia e no cinema contemporâneo. A rememoração e a perspectiva memorialística suscitam questões essenciais: o que lembrar? Como lembrar? E por que lembrar? A reconstrução da história da ditadura e da resistência feminina ainda representa um desafio historiográfico, pois persiste uma lacuna a ser preenchida. Como enfatiza Michelle Perrot (1995, p. 14), “escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades”.

ELA ESTÁ AQUI: O PROTAGONISMO DE EUNICE PAIVA NA RESISTÊNCIA A DITADURA CIVIL – MILITAR NO BRASIL



A história de Eunice Paiva é um testemunho de luta, resistência e resiliência. Sua vida foi marcada pelas adversidades impostas pela ditadura civil-militar³. Mãe de cinco filhos pequenos, enfrentou a dor da prisão, tortura e morte de seu esposo, o deputado Rubens Paiva, vítima do aparato repressivo da ditadura na década de 1970. Esse é o ponto de partida para refletir sobre uma etapa dolorosa e traumática de sua trajetória. Como uma fênix, Eunice renasceu das cinzas, sem tempo para lamentar suas perdas. Com coragem, ergueu-se e seguiu em frente.

Eunice Paiva era descendente de italianos, cuja família chegou ao Brasil no início do século XX, entre as décadas de 1920 e 1930. Seus pais, ambos italianos, casaram-se no Brasil, onde tiveram três filhas e prosperaram no comércio de cereais. O negócio expandiu-se por três estados, e seu pai ficou conhecido como o "Rei do Arroz". Graças ao alto poder aquisitivo da família, Eunice teve uma infância e adolescência confortáveis. Aos 18 anos, formou-se em Letras pela Universidade Mackenzie, em São Paulo. Apaixonada por livros, dominava fluentemente o francês e o inglês (TEODOZIO, 2021).

Aos 23 anos casou-se com Rubens Beyrodt Paiva, em São Paulo. Dessa união nasceram cinco filhos: Vera Sílvia Faccioli Paiva (1953), Maria Eliana Facciolla Paiva (1955), Ana Lúcia Facciolla Paiva (1957), Marcelo Rubens Paiva (1959) e Maria Beatriz Facciolla Paiva (1960). Com a formação da família, Eunice dedicou-se integralmente ao lar e à criação dos filhos. Segundo Ana Teodózio, sua rotina seguia os padrões tradicionais da burguesia da época: uma dona de casa dedicada, afetuosa e parceira do marido. “Acompanhava Rubens Paiva em jantares de negócios, compromissos sociais, eventos culturais e viagens ao exterior” (TEODOZIO, 2021, p. 29). Frequentava círculos sofisticados da elite paulista, onde conheceu figuras influentes do meio político, social e econômico da época.

No entanto, a reviravolta familiar ocorre em sua trajetória quando o seu esposo, Rubens Paiva, engenheiro civil e empresário com uma carreira bem sucedida, decide na década de 1960 entrar para a “arena” política, tornando-se deputado federal por São Paulo, em 1962 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a instauração da ditadura civil – militar com o golpe de estado em 1964, o Deputado Rubens Paiva, manifestou oposição direta ao regime e deu um

³ A instauração da ditadura civil-militar no Brasil ocorreu em 1964, com o golpe que depôs o presidente João Goulart. Apoiado por setores civis e militares, o regime implantou a repressão política, censura e supressão de direitos civis. Esse período durou até 1985, marcando duas décadas de autoritarismo no país. In: NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.



pronunciamento na Rádio Nacional no Rio de Janeiro, contra o golpe e em apoio a João Goulart. Esse fato foi a ponta do iceberg que veria pela frente. O deputado teve seus direitos políticos cassados em 10 de abril de 1964 com a Instauração do Ato Institucional n.1 (AI-1). Nesse momento, Rubens fugiu da polícia e permaneceu na Embaixada da Iugoslávia em Brasília por três meses. Logo após esse período foi para o exílio, e passou por alguns países entre eles: França, Inglaterra e Uruguai (TEODOZIO, 2021).

Na década de 1960, com o exílio do marido, Eunice Paiva assumiu sozinha a responsabilidade de criar os filhos, enfrentando o medo e a saudade de Rubens Paiva. Sua vida, antes marcada pelo conforto burguês, transformou-se radicalmente. Agindo com cautela e contando com o apoio de poucos amigos e familiares, dedicou-se tanto à criação dos filhos quanto à busca pelo sustento da família. Rubens Paiva retornou do exílio no Uruguai no final da década de sessenta, em uma decisão imprudente. Viveu por dois anos em São Paulo antes de se mudar para o Rio de Janeiro. Em 1971, foi brutalmente levado pelos militares para prestar depoimento, marcando o início de sua prisão e desaparecimento. “Ele não imaginava, mas foi a última vez que estaria com a família. Durante as 24 horas do dia 20 de janeiro de 1971, data em que aconteceu a sua prisão domiciliar (TEODOZIO, p.33, 2021).

Nessa conjuntura de repressão, Eunice Paiva e sua filha Eliana com apenas 15 anos, foram presas no DOI – CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) do Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 1971, após 24 horas Elaine Paiva é liberada e Eunice permanece na prisão por doze dias com a roupa do corpo e sem condições mínimas de higiene.

Ao sair da prisão, Eunice Paiva não imaginava o que estava por vir. Sua luta agora se voltava para a busca por informações sobre o paradeiro de seu esposo, considerado desaparecido político. Sua vida, antes centrada na família, transformou-se, e ela passou a ser uma ativista política. Sem recorrer à violência, Eunice assumiu a bandeira da resistência e lutou incansavelmente por informações sobre Rubens Paiva e pela localização de seus restos mortais, agora oficialmente reconhecido como vítima da repressão do regime militar. Decidida a continuar sua jornada, Eunice voltou aos estudos, formou-se em Direito e tornou-se uma advogada engajada na luta pela redemocratização do Brasil. Participou ativamente da campanha pela anistia, defendeu os direitos humanos, a causa indígena e a mobilização pelas Diretas Já. Eunice viveu entre todos nós, lembrando-nos que somos filhos da ditadura. A formação de uma



consciência crítica sobre esse período histórico deve ser continuamente reforçada, a fim de garantir que jamais um regime autoritário como o da ditadura se repita em nossa sociedade.

“FILME AINDA ESTOU AQUI” E A MEMÓRIA COLETIVA DE VOZES SUFOCADAS

Ainda Estou Aqui é um filme dirigido por Walter Salles, lançado no Brasil em novembro de 2024, baseado na obra autobiográfica homônima de Marcelo Rubens Paiva. O filme narra a trajetória de sua mãe, Eunice Paiva, durante a ditadura civil-militar. Ambientado na década de 1970, a trama acompanha a vida de Eunice Paiva, interpretada por Fernanda Torres, uma mãe e advogada com cinco filhos, casada com o deputado federal Rubens Paiva, cujo direitos políticos foram cassados com a instauração da ditadura em 1964. Após ser exilado, Rubens retorna ao Brasil de forma inesperada e é preso em sua residência no Rio de Janeiro em 1971, tornando-se um desaparecido político. A narrativa destaca a dura realidade vivida por Eunice na busca por respostas sobre o paradeiro do marido, enquanto enfrenta a criação dos filhos e a repressão do regime militar. A obra de Marcelo Rubens Paiva, *Ainda Estou Aqui* (2015), é citada pela historiadora Ana Cristina Teodózio (2021), que a descreve como uma representação construída a partir dos testemunhos daqueles que compartilharam a vida de Eunice Paiva, acompanhando sua jornada, seu envolvimento político e sua constante evolução, sempre persistindo, sem nunca se render.

A película recebeu diversas premiações nacionais e internacionais⁴, evidenciando a relevância e o impacto da obra no cenário cinematográfico global, destacando a qualidade da produção brasileira. O "acerto de contas com a memória coletiva" é talvez a maior relevância

⁴ O filme *Ainda Estou Aqui* (2024), dirigido por Walter Salles, recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais de grande prestígio. No Festival de Veneza, conquistou os prêmios de Melhor Roteiro, Green Drop Award e SIGNIS Award. No Globo de Ouro 2025, Fernanda Torres foi premiada como Melhor Atriz em Filme de Drama. Já no Oscar 2025, a obra venceu a categoria de Melhor Filme Internacional, sendo o primeiro longa brasileiro a alcançar esse feito. No Festival Internacional de Cinema de Vancouver, recebeu o prêmio de Galas e Apresentações Especiais; no Festival Internacional de Cinema de Santa Bárbara, Fernanda Torres também foi agraciada com o Prêmio Virtuoso. O longa venceu ainda o Prêmio do Público no Festival Internacional de Cinema de Roterdã e o prêmio de Melhor Atriz Estrangeira na premiação Critics Choice – Celebration of Latino Cinema & Television. In: CNN BRASIL. *Filme 'Ainda Estou Aqui': todos os prêmios que o longa já ganhou até agora*. São Paulo: CNN, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/ainda-estou-aqui-todos-os-premios-que-o-filme-ja-ganhou-ate-agora>. Acesso em: 11 abr. 2025.



dessa obra cinematográfica, especialmente em um país como o Brasil, que ainda não fez uma análise profunda sobre o que foi a ditadura civil-militar e sobre a necessidade de lutar como sociedade para que um sistema repressivo como aquele, instaurado entre 1964 e 1985, nunca mais se repita. A história de Eunice Paiva e sua família não é apenas um relato pessoal e autobiográfico baseado em fatos reais. Ela representa um retrato fiel de como é viver as agruras de uma ditadura que sequestra, mata, aniquila e tortura vidas de forma desumana, sem dignidade e sem respostas. "Uma terra sem lei" – ou, melhor dizendo, com leis tirânicas e sanguinárias – é a principal característica desse regime devastador. Negar as atrocidades da ditadura civil-militar é negar nossa história, é esconder sob o tapete mais de 434 casos de mortes e desaparecimentos políticos entre 1946 e 1988, e é também negar a dor de tantas “Eunices”, representadas por mães, esposas, filhas e filhos que tiveram sua liberdade sufocada, suas vidas asfixiadas pela dor e sofrimento ao ver seus familiares sendo presos e mortos pelo sistema repressivo.

Nesse contexto, o filme *Ainda Estou Aqui* (2024) contribui para a reconstrução da memória de como é viver sob um regime ditatorial. A obra, que é um testemunho da família Paiva, tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva. Pierre Nora (2012), afirma que a memória nacional é formada pela interação de diversas memórias coletivas, que podem coexistir de forma harmoniosa ou conflituosa. Infelizmente, no Brasil, existe uma disputa conflituosa e até desumana sobre os eventos que marcaram o país entre 1964 e 1985, durante os 21 anos de um regime responsável por um legado de torturas, mortes, desaparecimentos e outras barbaridades. A trajetória da família Paiva reflete, de forma contemporânea, a urgência de discutir e compreender o significado da frase "ditadura nunca mais". As novas gerações precisam formar uma consciência individual e coletiva para entender que apoiar governos que exaltam torturadores e celebram a ditadura é desumano, indigno e desrespeitoso. Não devemos aceitar, tampouco normalizar, esses fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que devemos lembrar ou apagar da memória? Essa é uma questão complexa quando se trata da construção da memória coletiva. Para alguns, a ditadura civil-militar no Brasil é apenas um capítulo histórico superado. Mas será que realmente superamos esse período? A dor e o sofrimento da família Paiva e das vítimas da repressão foram superados? A resposta é não.



As gerações mais jovens, “filhos da ditadura”, ainda carregam as marcas desse período sombrio. Embora a Comissão Nacional da Verdade e as Comissões Estaduais tenham dado visibilidade às vítimas e torturadores, o acerto de contas com o passado ainda está incompleto.

A reconstrução da memória coletiva no Brasil é imprescindível para evitar a aceitação de um regime repressivo e autoritário como o que ocorreu durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985. É fundamental que a democracia seja consolidada no contexto atual, e o filme *Ainda Estou Aqui* nos proporciona a oportunidade de refletir sobre esse período histórico, destacando a importância de jamais permitir o retorno da opressão ditatorial. Em tempos como o presente, é essencial reiterar, de forma incansável: DITADURA NUNCA MAIS.

REFERÊNCIAS

AINDA ESTOU AQUI. Direção: Walter Salles. Brasil: Globo Filmes, 2024. 1 vídeo (123 min), son., color.

BRASIL. *Filme 'Ainda Estou Aqui': todos os prêmios que o longa já ganhou até agora*. São Paulo: CNN, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/ainda-estou-aqui-todos-os-premios-que-o-filme-ja-ganhou-ate-agora>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou silêncio da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Dossiê: História das Mulheres no Ocidente. *Caderno Pagu* (4), p. 9-25, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-5, 1989.

NORA, Pierre. *Os lugares da memória*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ROCHA, Raquel Caminha. “*Apostávamos no amor*”: gênero e a produção memorialística sobre a militância de mulheres contra a ditadura civil-militar brasileira (1976-2014). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2017.

TEODÓZIO, Ana Cristina. *Enredos de resistência da família Paiva: violência política, solidariedade e afetuosidade (1971-2015)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.